

Estado vai contratar hospitais para reduzir fila de cirurgias

Rede privada pode ser solução para suprir a carência de médicos

Jorge Henrique

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

Com o objetivo de diminuir a fila de espera de pacientes para realização de cirurgias de cabeça e pescoço do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), a Promotoria dos Direitos à Saúde, através dos promotores Euza Missano e Alex Maia, realizou na manhã de ontem uma audiência pública com representantes da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e do Huse. No começo desse mês, cinco dos sete médicos que realizavam esse tipo de cirurgia pediram demissão do Huse por questões de ordem salarial, e desde então, a fila de espera que já era grande estava sendo comprometida ainda mais, por isso, a FHS se comprometeu num prazo de 30 dias contratar a rede privada para regularizar a assistência dos pacientes até que novos médicos sejam contratados.

Segundo a promotora Euza Missano, atualmente, existem na fila de espera 78 pacientes com tumores malignos e a não intervenção cirúrgica poderá agravar o quadro dos pacientes, podendo evoluir até mesmo a óbito. Além disso, 95% dos casos desta especialidade são tumores malignos, e que mensalmente, no Huse, eram feitas 30 cirurgias de cabeça e pescoço, sendo sete de grande porte (com anestesia geral) por semana.

"Nós tínhamos sete profissionais, destes, cinco pediram demissão, isso é um profissional efetivamente realizando procedimentos cirúrgicos. O Ministério Público fez um Termo de Ajustamento de



MINISTÉRIO PÚBLICO busca solução para fila de pacientes que aguardam cirurgia de cabeça e pescoço

Conduta (TAC) com a Fundação Hospitalar de Saúde, que irá fazer a contratação imediata de hospital privado para dar assistência. Eles têm 30 dias para reestabelecer o serviço próprio, e nesse prazo, vão contratar o setor privado para que ocorra o andamento da fila, para que não haja desassistência. E vai ser aberto imediatamente o serviço de ambulatório de triagem e de atendimento de cirurgia de cabeça e pescoço do Huse que estava fechado há quase 30 dias", explicou.

Ainda segundo Euza, no TAC a responsável técnica

(RT) vai ficar responsável pela triagem dos pacientes mais graves que serão encaminhados, se não houver acordo com os profissionais, para uma unidade particular para fazer a assistência. "O MP deu prazo de 30 dias para que o Hospital regularize a assistência, que contrate os médicos para funcionar o serviço próprio", disse a promotora de Justiça.

Presente na audiência, o diretor operacional da FHS, Wagner Andrade, disse que a Fundação continua em tratativa com os médicos que deixaram o serviço, numa

tentativa de chegar a um acordo financeiro que seja viável para a Fundação e que seja de agrado aos médicos que pediram demissão. "E, ao mesmo tempo, temos a obrigação de tentar buscar na iniciativa privada possibilidade de realizar a cirurgia das pessoas que estão na fila e que tem quadro de tumor que não pode aguardar", informou. E completa: "Hoje a fila de espera do Huse para esse tipo de cirurgia é de mais de três meses, e que inclusive, os sete médicos que atuavam no hospital anteriormente não davam conta da demanda".

MPE discute auxílio a pacientes

Euza Missano e Alex Maia também debateram ontem sobre os cuidados paliativos para pacientes oncológicos. Participaram da audiência, representantes do Hospital Cirurgia e também da Secretaria Municipal de Saúde. Segundo a promotora Euza, no contrato firmado entre o Município de Aracaju e o Cirurgia não possui o serviço de cuidados paliativos no paciente oncológico, e, por isso, ficou estabelecido um prazo para que esse contrato seja reformulado garantindo isso.

Um assistido no serviço tem que ter todos os cuidados, inclusive a parte de cuidados paliativos, que é quando a doença chega num processo de reversibilidade. Mas ele é um paciente que necessita de auxílio espiritual, de auxílio para dor, tem que receber visita familiar de conforto,

de assistência médica e farmacêutica. “Então, todo serviço de assistência oncológica tem que ser dado ao paciente, é uma questão de humanização”, explicou.

Euza explica que segundo o Hospital de Cirurgia, é que com o contrato feito com o município, não estava prevendo os cuidados paliativos, mas na audiência foi firmado um termo, e o município está repactuando com o Cirurgia e irá fazer a inclusão dos cuidados paliativos, além disso, esses pacientes terão prioridade absoluta nos exames ambulatoriais e procedimentos necessários, na hora da verificação de como está o grau da doença. “O paciente precisa ser acompanhado, saber se a doença voltou, não voltou, então, agora ele terá prioridade absoluta na assistência nos cuidados oncológicos necessários”, informou.

A promotora explica ain-

da que existem em Aracaju dois serviços de atendimento oncológico, o do Huse e do Cirurgia. “O Cirurgia é contratado pelo município de Aracaju, então ele tem que dar assistência desde o ambulatório, cirurgia, quimioterapia, radioterapia e cuidados paliativos, e esses pacientes estavam sem esses cuidados. O prazo para concluir o contrato com o Cirurgia é de 120 dias, mas mesmo assim, esse paciente não ficará desassistido”, pontuou.

O diretor do Cirurgia, Gilberto Santos, disse que as regras da prestação de serviço por parte do Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes portadores de câncer tem evoluído ao longo dos anos, e o contrato do Cirurgia com o município antecede as modificações solicitadas pela portaria que define esse atendi-

mento. “Depois surgiu uma nova portaria no sentido de atender esse paciente de forma mais global, melhorando a assistência deles, e esse reclame da portaria que tem sido reclame por parte dos profissionais, e que nós do Cirurgia temos todo interesse de fazê-los, haja visto que realmente o paciente precisa disso. Agora é preciso que a gente diga, que no contrato hoje existente, da SMS e o Cirurgia, a forma que a Secretaria contrata é por procedimento, como cirurgia, radioterapia, quimioterapia, o que não contempla o atendimento subsequente a este paciente, o que de uma certa maneira não condiz com a portaria. Ficamos de nos reunir com a Secretaria e seguramente vamos caminhar no sentido de corresponder o que define a portaria”, afirmou.